

Feira de Produtores do Município de Pitimbu, PB: Administração Contribuindo para Efetivo Desenvolvimento e Sustentabilidade Local.

Área Temática de Trabalho

Resumo

O presente instrumento pretende contribuir para a reflexão sobre os modelos e ações de geração de renda de modo que estes tenham um caráter de sustentabilidade e desenvolvimento contínuos. Aplicados aqui na implantação de uma feira livre de produtores e na capacitação de seus feirantes (produtores assentados, pescadores e marisqueiras) sob um foco administrativo. METODOLOGIA. Os cursos aplicados e a vivência da gestão participativa são apresentados como métodos capacitadores dos feirantes do município de Pitimbu, Paraíba/PB que há muito tempo vêm lutando pela sobrevivência; a eles são delegados poder de organização, decisão e troca de experiências. PRINCIPAIS RESULTADOS E CONCLUSÕES. A transformação da realidade num processo dinâmico mostra como resultado efetivo não só a feira, mas a criação de uma associação dos produtores de Pitimbu, mostrando a capacidade de crescimento do homem trabalhador e a força da função administração, suas técnicas e conhecimentos.

Autores

Rosalva Maria Ferreira Guedes, Nutricionista da Coordenação de Assistência e Promoção Estudantil – COAPE/PRAC

José Bezerra Honório, Graduando em Administração

Rodrigo Cesar Reis de Oliveira, Graduando em Administração

Instituição

Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Palavras-chave: administração; sustentabilidade; feira livre

Introdução e objetivo

O Município de Pitimbu/PB, localizado no litoral Sul do Estado da Paraíba, distante 68 km de João Pessoa/PB, capital do Estado, limita-se ao norte com o município do Conde/PB, ao sul com o município de Goiana/PE, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com os municípios de Caaporã/PB e Alhandra/PB. Com uma extensão territorial de 141 km², possui 13.927 habitantes, sendo 7.911 na área urbana e 6.016 na área rural e 3.302 domicílios, apenas 02 (dois) possuem rede de esgotamento sanitário, de acordo com o Censo do IBGE-2000. É composto por 02 (dois) distritos: Acaú - o maior deles com aproximadamente 6.000 habitantes, e Taquara, antiga sede do município. A partir de 1992 iniciou-se, após vários conflitos, a instalação dos assentamentos na região, em 1995 já existiam 06 (seis) assentamentos rurais, numa área de aproximadamente 3.171 hectares, registrando 508 famílias assentadas, assim distribuídas:

Assentamentos	Famílias	Hectares	Ano de Instalação
10 de Março	40	275.0	1995
Apasa	174	1130.8	1995
Camucin	40	285.3	1992
Nova Vida	165	906.1	1995

Sede Velha do Abiaí	52	325.8	1995
Teixeirinha	37	248.7	1995

Até hoje as áreas assentadas continuam em ampliação, com a inclusão de mais dois assentamentos - Andreza I e Andreza II, totalizando oito assentamentos, existindo ainda uma área não reconhecida, Marinas do Abiaí. A maior fonte de renda do município é a pesca da lagosta, realizada por embarcações de médio e grande porte que empregam pescadores assalariados, sobretudo no distrito de Acaú. A pesca artesanal, apesar de ser praticada por grande número de pescadores, ainda se caracteriza por representar pouco mais que uma atividade de subsistência, sendo o pescado excedente revendido para atravessadores, a preços extrema e injustificadamente baixos. A situação das “marisqueiras”, mulheres catadoras de mariscos, é muito parecida. A produção dos assentamentos é hoje bastante diversificada e abundante, como exemplo, citamos o Assentamento Camucin que possui 70 hectares com plantio de mangaba, sendo 40 hectares com efetiva produção e 30 hectares com potencial latente. Vê-se também o uso de técnicas de irrigação por gravidade, com produção de produtos orgânicos e utilização de defensivos agrícolas naturais presentes no assentamento Apasa.

Por outro lado, há uma disparidade muito grande no tocante ao conhecimento de técnicas de produção voltadas à comercialização, quando se evidencia o plantio de monoculturas com utilização de agrotóxicos sem o conhecimento adequado, repercutindo em doenças, mortes em alguns casos, e o reflexo negativo para o meio ambiente com a contaminação do solo, rios etc. Deste modo, vislumbra-se um desenvolvimento social crescente, considerando a geração de renda possibilitada pela comercialização dos produtos. No entanto, a grande maioria é obrigada a se submeter aos atravessadores, em virtude da ausência de espaços de comercialização local. Isso não só prejudica os próprios produtores, que quando não revendem os seus produtos para atravessadores são obrigados a se deslocarem para as feiras livres de cidades vizinhas (de Goiana/PE, em primeiro lugar, mas, também, de Alhandra/PB, Caporã /PB e da própria João Pessoa). Além do potencial produtivo, Pitimbu apresenta também grande potencial turístico possuindo aproximadamente 29 km de belas praias sendo a maior costa litorânea do Estado. Encontramos também trilhas, mirantes, falésias com colorido especial, fonte de água mineral, croas e galéas, e uma rica história contada por pescadores, assentados e demais moradores do município.

A necessidade de implantação de uma feira livre local é visível, seus benefícios podem ser demonstrados pela própria experiência dos assentados em feiras de outros municípios, sendo esta uma necessidade latente não só dos assentados, mas também de Pitimbu que já passou pela experiência de implantação de duas feiras mal sucedidas. As experiências negativas e a teoria administrativa demonstram com clareza a necessidade de um planejamento capaz de analisar características e variáveis de forma continuada e dar aos negócios sustentabilidade e desenvolvimento tendo como perspectiva longos períodos de tempo. O impacto da implementação da feira na dinâmica econômica do município é comprovado pela literatura mais recente: “No que se relaciona ao espaço urbano, os impactos da criação de assentamentos rurais são percebidos principalmente nas cidades mais fortemente por eles polarizadas e se expressam através: a) do crescimento da circulação de pessoas e mercadorias nas sedes municipais; b) da ampliação dos serviços e equipamentos urbanos, com destaque para os serviços de educação e de saúde; c) no aumento do dinamismo do comércio e das feiras livres” (MOREIRA et alii, 2002: p. 17). Em particular, a feira livre, se caracteriza por ser “[...] um espaço onde um grupo de pessoas (feirantes) realiza suas estratégias de sobrevivência, exercendo trabalhos de revenda de produtos, principalmente alimentícios, onde pessoas das mais distintas classes sociais se abastecem [...]” (GALVÃO, 1994: p. 2).

Outro estudo recente lembra que “no dia de feira, as cidades acordam de forma diferente, pois ela é toda movimento”. São feirantes que chegam com suas mercadorias em carroças, caminhões e camionetas; são homens que armam as suas barracas, cavaleiros que aportam na cidade e amarram seus cavalos no entorno da feira. De longe, escuta-se o vozerio e as conversas animadas. É o dia do encontro na cidade.” (MAIA, 2000: p.214). Estudando os casos de três outros municípios da Zona da Mata da Paraíba (Pedras de Fogo, Sapé e Alhandra), (MOREIRA *et alii* 2002: p. 20) atestam que “para os feirantes, a criação dos assentamentos no município melhorou as condições da feira, dando-lhe maior dinamismo, ainda que não tenha contribuído para a ampliação do seu tamanho. O impacto maior se deu no crescimento da oferta de frutas, verduras, inhame e feijão verde e nos preços mais baratos”. Os atravessadores compram os produtos a baixos preços e revendem com lucros significativos, prejudicando e desestimulando os produtores. Podemos citar como exemplo o depoimento de um produtor do Assentamento Apasa – “Seu Pelé”: “vendo 01 (uma) caixa de acerola contendo aproximadamente 20 (vinte) quilos, no "mato" (aos atravessadores) por R\$ 4,00 (quatro reais), e numa feira livre, 01 (um) quilo é vendido por R\$ 1,00 (um real)”, ou seja, o atravessador fica com o lucro de aproximadamente 400%. A eliminação da figura do atravessador, pondo os produtores em contato direto com seus clientes-finais, não só reduz os preços como também proporciona um maior dinamismo e fortalecimento da cadeia produtiva, facilitando o trabalho dos produtores, que obtêm maior lucratividade necessária para o reinvestimento na produção, visando a melhoria da qualidade dos processos produtivos e conseqüentemente dos produtos garantindo maior satisfação para seus clientes.

Tal perspectiva também reduz o *lead time*, ou seja, reduz o tempo de resposta entre os processos possibilitando uma resposta cada vez mais rápida e eficaz às necessidades e desejos da demanda local. Como já foi lembrado, é para a feira de Goiana/PE que escoam parte significativa da produção dos assentamentos, seja através da venda direta realizada pelo assentado na feira, seja por meio de atravessadores. Mas, “como Goiana é um pólo regional, sua feira é muito maior do que a de Alhandra. Isto leva os assentados a não só dirigirem para lá sua produção, como a empregar os recursos obtidos com a venda dos produtos no próprio local, ali fazendo suas compras. Isso, segundo os entrevistados, contribui para enfraquecer a feira de Alhandra” (MOREIRA *et alii* 2002: p. 25).

Pode-se ver neste problema em particular uma realidade de transferência de renda, na qual os recursos advindos do município de Pitimbu, por exemplo, são desovados em outros municípios e até em outro estado, no caso Pernambuco que faz fronteira com Acaú - distrito de Pitimbu, desse modo a renda do município não circula em suas fronteiras, provocando prejuízos financeiros para prefeitura e conseqüentemente para a população que não obtêm maiores investimentos em áreas como saúde, educação e infra-estrutura, além de impossibilitar a circulação de moeda junto aos comerciantes do próprio município.

A possibilidade de implantação da Feira livre surgiu com o projeto “Na terra e no mar: ação universitária para o desenvolvimento e cidadania em Pitimbu/PB”, viabilizado pelo Programa de apoio à extensão Universitária voltado às políticas públicas – PROEXT 2003/SESU/MEC. Para o alcance efetivo dos objetivos e para que eles tivessem uma perspectiva de sustentabilidade e desenvolvimento contínuo faz-se necessário abordar e destacar as estratégias e técnicas disponibilizadas pela ciência da Administração no decorrer do projeto que foram capazes de contribuir para que os beneficiários tivessem melhores condições de sucesso.

Sendo a feira a principal meta do projeto e diante da relevância e importância dos impactos relacionados à efetivação do mesmo tem-se como objetivo geral: desenvolver ações de extensão para a cidadania e a inclusão social junto às comunidades de pescadores artesanais e de agricultores assentados no município de Pitimbu/PB, com vistas à

implementação de instrumentos e mecanismos permanentes de emancipação social e econômica dos moradores dessas comunidades.

Objetivos específicos: - promover um processo de apreensão de conhecimentos e técnicas por parte dos beneficiários que favoreça níveis e mecanismos de organização e participação comunitária; - Implementação de uma feira livre, “Feira dos produtores”, no centro urbano da sede do município de Pitimbu, que preveja a participação, como feirantes, dos pescadores, das marisqueiras e dos agricultores assentados, e dos seus familiares, contribuindo para a melhoria da renda dos mesmos; - Realização do Curso de Gestão de Pequenos Empreendimentos Comerciais, atendendo aos futuros feirantes membros das comunidades pesqueiras e dos assentamentos agrícolas, disponibilizando informações para influir na formação de pescadores e agricultores familiares a fim de enfrentar a dinâmica da realidade competitiva dos mercados locais; - Fornecer aos moradores das comunidades pesqueiras e de assentamentos rurais de Pitimbu instrumentos e mecanismos de participação social e política, para que possam atuar na promoção e defesa dos seus direitos individuais e coletivos, no contexto familiar, comunitário e do município; - Fortalecer a prática extensionista da UFPB, envolvendo docentes, técnicos e estudantes em ações que cumpram, de maneira efetiva, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Metodologia

Utilizou-se metodologia participativa em que se priorizaram: vivências, aulas dialogadas, visitas de diagnóstico, reuniões de planejamento e avaliação, projeção. A implementação da feira livre se deu através de reuniões com representantes das comunidades (pescadores e marisqueiros; agricultores assentados) e representantes das Secretarias de Administração, Infra-estrutura, Transportes e Educação da Prefeitura para a determinação do local; como também foi feito um planejamento da tipologia da infra-estrutura; acompanhamento da construção das barracas e sua instalação no local escolhido; divulgação da abertura da feira livre junto às rádios comunitárias do município e com carro de som; inauguração festiva da feira livre. As reuniões periódicas para planejamento e avaliação da gestão da feira livre tiveram sempre em vista a definição dos problemas, a busca de soluções participativas partindo de uma perspectiva de emancipação dos feirantes com relação aos órgãos envolvidos no projeto (universidade e prefeitura) visto que a UFPB tem participação oficial no projeto até 30 (trinta) de junho de 2004 e a prefeitura sempre foi insconstante no apoio a feira.

Outro recurso foi a identificação e formação de multiplicadores com objetivo de gerir e dar continuidade a feira, desempenhando atividades metodológicas inerentes a administração da feira como: balanço geral, resolução de conflitos, negociação com pessoas e/ou instituições que influenciam e/ou são influenciados pela feira, coordenação de processos (como cadastramento e seleção dos interessados); e tomada de decisão.

Resultados e discussão

A possibilidade de implantação da Feira livre surgiu com o projeto “Na terra e no mar: ação universitária para o desenvolvimento e cidadania em Pitimbu/Pb”, viabilizado pelo Programa de apoio à extensão Universitária voltado às políticas públicas – PROEXT 2003/SESU/MEC, que foi iniciado em janeiro de 2004 com uma reunião para apresentação oficial na Câmara de vereadores do município. O processo de implantação da feira teve desde sua concepção uma perspectiva de sustentabilidade, tendo em vista que duas feiras já haviam sido criadas no município e ambas não deram certo. Os dois primeiros meses do projeto (que tem vigência de 1 de janeiro a 30 de junho de 2004) foram dedicados ao curso de capacitação para gestão de pequenos empreendimentos comerciais. Tal curso possibilitou aos bolsistas de Administração e Engenharia de Alimentos a abordagem pragmática de conceitos e técnicas

vistas no ambiente academico, sendo estes adaptados a realidade local. Contendo temas como: Organização, Planejamento, Processos de produção, Processamento de polpas de frutas e fabricação de doces caseiros, Racionalização de custos, Qualidade na Prestação de Serviços, Noções de Marketing e Atendimento ao público. Tais temas visam a qualificação dos feirantes com o objetivo de contribuir para perenidade da Feira. Particularmente no âmbito da administração o curso de capacitação possibilitou a utilização de diversos mecanismos que de forma pragmática, contribuíram para desenvolvimento de processos imprescindíveis para o sucesso da feira.

O processo de organização deu-se com a da formação e consolidação do grupo de interessados (representantes dos assentamentos, colônias e associações) para a realização da feira, a partir daí iniciou-se um processo de planejamento que teve contribuições das mais diversas, sendo idealizado por idéias e opiniões participativas, tanto dos beneficiários quanto dos membros da Universidade Federal da Paraíba - UFPB envolvidos no projeto. As reuniões foram realizadas nos assentamentos, distritos e na própria sede do município e tinham além do objetivo de capacitação o interesse de identificar as representatividades locais (associações, cooperativas e colônias) para tornar possível a seleção dos feirantes, pois inicialmente a feira foi composta por quinze barracas, financiadas com recursos do projeto. Nessas reuniões foi formada a “comissão da feira” – a partir de critérios como: assiduidade às reuniões, interesse pela proposta e comprometimento com a causa esta primeira formação teve a participação de quatro assentamentos: Teixeira, Camucin, 1º de março e Apasa (no dia 17 de janeiro de 2004) e possibilitou maior amadurecimento das idéias e propostas para a feira, possibilitando também facilidade no processo de negociação de propostas, com a prefeitura, por exemplo, e até mesmo maior facilidade de contatos entre a Universidade e os futuros membros da feira. Houve através das reuniões oportunidade de amadurecimento do processo de implantação da feira, no qual pode-se pensar e analisar riscos e dificuldades individualmente. Temos como exemplo o pessimismo de alguns representantes locais que por motivos como sazonalidade do turismo; outras tentativas sem sucesso; hábitos de compra da população em municípios como Goiana/PE, que tem um grande potencial de comércio; acreditavam no insucesso da proposta. Para tal variável (pessimismo), utilizou-se ferramenta como consolidação da idéia de grupo, sua organização e gerencia participativa, como peça chave para o sucesso da proposta. O empoderamento (empowerment) do grupo de interessados foi feito para que estes fossem capazes de lidar com os inúmeros problemas que viessem a surgir nos processos inerentes ao planejamento e gestão da feira.

Assim, apesar das perspectivas de insucesso as reuniões possibilitaram despertar nos futuros integrantes da feira um maior comprometimento com os resultados do projeto, de modo que um problema individual pudesse ser trabalhado pelo grupo na intenção de favorecer o projeto da feira como um todo. Alguns já tinham experiência em feiras de outros municípios e na própria capital do estado, João Pessoa. Os assentados que já possuíam experiência transmitiram aos outros as novas perspectivas que a comercialização em feiras proporcionam, como exemplo o depoimento de um produtor do Assentamento Apasa – “Seu Pelé”: “vendo 01 (uma) caixa de acerola contendo aproximadamente 20 (vinte) quilos, no “mato” (aos atravessadores) por R\$ 4,00 (quatro reais), e numa feira livre, 01 (um) quilo é vendido por R\$ 1,00 (um real)”, ou seja, o atravessador fica com o lucro de aproximadamente 400%, com exemplos como esse as reuniões tornavam-se muito importantes para o nivelamento do interesse dos assentamentos.

O início da feira deu-se num momento de baixa estação, dia 6 (seis de março), logo após o período de veraneio no município. Tal estratégia deu-se devido à perspectiva de sustentabilidade proposta desde o início, discutida com a comissão mostrou-se como melhor opção, pois daria um panorama realista de vendas da feira, iniciando com um público-alvo local, sendo um público presente durante o ano todo em Pitimbu. A primeira feira teve grande

impacto no município. A festa de inauguração, com apresentação de grupo de dança da região e participação das lideranças locais, prefeito, presidente da câmara, secretários, entre outros, foi realizada na sexta-feira dia 5 de março, como meio de divulgação viabilizado pelos organizadores do projeto em parceria com a prefeitura através de carro de som e da rádio local. Tendo um faturamento de mais de R\$ 700,00 (setecentos reais), comprovou que apenas a população local é suficiente para o funcionamento da feira. Após a terceira feira foi criado o “fundo de feira”, inicialmente arrecadando-se de cada barraca 5% (cinco por cento) do seu faturamento para cobrir custos como combustível, manutenção das barracas, fotocópias, tinta, etc, tal proposta trouxe maior independência para os feirantes em relação ao auxílio da prefeitura e outros órgãos. Hoje, o fundo de feira que antes era apenas arrecadado das 15 (quinze) barracas do projeto, é arrecadado de todos os feirantes que comercializam na feira está estabelecido em R\$ 2,00 (dois reais) por feirante tendo uma média de R\$ 40,00 (quarenta reais) por sábado.

Hoje, após quatro meses de feira, temos um grande crescimento qualitativo e quantitativo. A diversidade de produtos é crescente, acompanhada de uma preocupação com a qualidade, além disso, é possível a aplicação de um preço justo, já que em grande maioria os feirantes são produtores. Em números tem-se no mês de maio, por exemplo, faturamentos de mais de R\$ 1.400 (Um mil e quatrocentos reais) por feira, contabilizados através do controle da comissão em relação ao faturamento de cada barraca. Tal acompanhamento é feito através do preenchimento de uma tabela de vendas, contendo de forma simplificada a lista de produtos, o preço cobrado, a quantidade e o total de faturamento.

Como resultado mais recente tem-se o processo de criação da “associação dos produtores de Pitimbu”, sendo fruto de um trabalho de conscientização feito durante o projeto a cerca da importância de sua auto-organização e da independência dos produtores em relação a universidade que só estaria oficialmente dando suporte até 30 (trinta) de junho de 2004. A associação tem eleição prevista para dia 12 (doze) e posse dia 19 (dezenove) de junho, sendo a posse no mesmo dia da festa de encerramento do projeto, o “1º Forró da feira dos produtores de Pitimbu”.

Conclusões

A feira como principal ação do projeto teve implicações no município de Pitimbu/PB, trazendo novas perspectivas para o desenvolvimento e sustentabilidade locais. Sua consolidação, como foi visto, teve grande contribuição dos conhecimentos administrativos disseminados de forma prática junto aos feirantes que através da feira puderam torna-se atores da dinâmica sócio-econômica do município. A evolução dos feirantes durante todo o processo de implantação da feira foi perceptível, sua capacidade de organização será consolidada com a implantação da “associação dos produtores de Pitimbu”, havendo um considerável comprometimento com o projeto da feira como uma saída necessária para a geração sustentável de renda para os feirantes e economia do próprio município. O impacto maior se deu no crescimento da oferta de frutas, verduras, inhame e feijão verde, nos preços mais baratos e no nível de competição no mercado local, como também no investimento e circulação de moeda local a partir dos recursos obtidos com a venda dos produtos na própria feira.

A perspectiva de desenvolvimento para a região é visível e real, entretanto precisa ser bem trabalhada, a partir de um forte foco administrativo que traga mais qualidade e eficácia as ações de geração de renda aplicadas, não só para a consolidação das ações como também para o fortalecimento da auto – estima local. O papel da universidade como fonte propagadora do conhecimento é de vital importância para a viabilidade e apoio as ações de desenvolvimento regional.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Luiz César G. de. In: Empowerment: poder e energias para as pessoas. **Organização, Sistemas e Métodos e as modernas ferramentas de gestão organizacional: arquitetura, benchmarking, empowerment, gestão pela qualidade total, reengenharia**, São Paulo, 2001, p. 194-208.

CIACCHI, A. **A história somos nós: reflexões sobre histórias de vida, autobiografia, cultura popular, narradores e pesquisadores**. Política & Trabalho, João Pessoa, n. 13, p. 223-235, 1997.

GALVÃO, Paulo Francisco Monteiro. **A feira livre em João Pessoa: evolução e mudanças sociais (período 60/90)**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1994.

INCRA. **Quadro demonstrativo dos Projetos de Assentamento**. João Pessoa: Incra, 2001.

KOTLEER, Philip. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5ª edição – São Paulo: Atlas, 1998.

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2000.

MOREIRA, Emília, TARGINO, Ivan, e MENEZES, Marilda Aparecida. Impactos da política fundiária sobre o espaço urbano na zona da mata paraibana: as mudanças na dinâmica do comércio e das feiras livres. In: ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de; PANDELLI, M. N. Glavanis (orgs.). **Globalização e ajuste estrutural**. João Pessoa: Universitária, 2002.

SLACK, Nigel, CHAMBERS, Stuart, JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

STONER, James A. **Administração**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

UNISOL - **Guia de Referência para Ações do Unisol**. Brasília-DF, 2003.